

# Trabalho e capital: considerações contemporâneas

Ricardo Carlos Gaspar<sup>1</sup>

---

**Resumo:** o artigo discute o suposto fim da centralidade do trabalho à luz dos recentes indicadores internacionais de emprego e, após criticar os principais argumentos de defensores dessa tese, conclui pela permanência do trabalho assalariado como categoria econômica fundamental nos marcos históricos do sistema-mundo capitalista.

**Palavras-chave:** trabalho assalariado; jornada de trabalho; produtividade; nível de emprego; Estado do bem-estar; trabalho abstrato

**JEL classification:** B24; J 21

## 1. Introdução

As conseqüências da Terceira Revolução Industrial sobre o trabalho e o emprego têm levado muitos analistas a prognosticarem o fim da sociedade do trabalho e o advento de uma civilização do lazer e do tempo livre. No presente ensaio, interessa-nos polemizar acerca da suposta extinção da centralidade do trabalho na vida contemporânea, as postulações de alguns defensores dessa tese, assim como seu confronto com as tendências da realidade. Dedicaremos especial atenção às argumentações teóricas de André Gorz as quais, embora sua obra clássica já tenha completado vinte anos de sua publicação original, não apenas preservaram boa parte de sua atualidade – pois muitas de suas formulações estão presentes no debate de agora, independentemente de nossa concordância ou não com elas -, mas ainda pelo fato de suas posições sobre o “trabalho heterônomo”, como condição supostamente inescapável do trabalho na modernidade, assumirem particular relevância na discussão contemporânea sobre a temática do trabalho.

## 2. Argumentos e fatos

Um dos mais influentes cientistas sociais da atualidade, Claus Offe, é também autor de um ensaio famoso acerca do capitalismo contemporâneo – o qual inclusive cunhou uma das expressões com que se costuma designá-lo

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP.

presentemente, ou seja, “capitalismo desorganizado” -, na qual postula a superação do trabalho como fato social principal da sociedade moderna, cuja dinâmica central, tanto para as tradições clássicas burguesas quanto para as marxistas, a caracterizariam precisamente como uma “sociedade do trabalho” (Offe: 1994, 167) – assalariado, completaríamos nós.

Em função das rupturas ocorridas na década de 70 no trabalho assalariado – maior segmentação do mercado, crescimento do setor informal, diferenciação hierárquica no seio dos assalariados, com a formação de um contingente de “colarinhos brancos” vinculados a algum tipo de participação na autoridade formal da empresa, e a relevância do ramo de serviços (*idem*, 177-8) -, “não se pode mais falar de um tipo de racionalidade basicamente unificado que organize e governe toda a esfera do trabalho” (*idem*, 180).

A esfera do lazer e outras preocupações e objetivos do indivíduo assumem particular relevância: “a proporção do tempo de trabalho na vida de uma pessoa diminuiu consideravelmente; as horas livres também aumentaram e provavelmente vão aumentar mais ainda, o que significa que as experiências paralelas, as orientações e outras necessidades além daquelas baseadas no trabalho estão se tornando proeminentes” (*idem*, 185-6).

Embora Offe reconheça que a maior parte das novas categorias utilizadas para caracterizar a situação atual (baseadas em esquemas conceituais binários, como materialismo x pós-materialismo, modo de produção x formas de vida, ação racional intencional x ação comunicativa, sociedade industrial x sociedade pós-industrial, entre outros) padeçam de imprecisões e de um desconfortável caráter *ad hoc* – o que levaria os cientistas sociais a buscarem auxílio constante na literatura ou no jornalismo, por exemplo -, o mesmo autor é incisivo ao apontar a mudança fundamental do período recente, qual seja, a perda da capacidade do trabalho e da produção de estruturar e organizar a vida social, liberando novos agentes e novas formas de racionalidade: “O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria; como consequência desse desenvolvimento objetivo, mas inteiramente contrário aos valores oficiais e aos padrões de legitimação dessa sociedade, o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores” (*idem*, 194).

Numa linha diferente e assumindo uma postura mais idealista e voluntarista, calcada na premissa de que trabalhar demais, no mundo de hoje, é contraproducente inclusive no plano econômico, e que são exatamente os vícios da ideologia do trabalho os principais impeditivos a que empresários e trabalhadores se apercebam disso e impulsionem medidas para reverter radicalmente a duração da jornada, distribuir equitativamente a quantidade de trabalho disponível e evitar o crônico desemprego estrutural que tipifica nossa civilização, o sociólogo italiano

Domenico De Masi preconiza o advento de uma sociedade do “ócio ativo”, através do redesenho do sistema social que valorize “a peculiaridade humana de introspecção, ideação, produção criativa, reprodução vital, jogo inventivo” (De Masi: 1999a, 9).

Para o autor, as inovações tecnológicas e os avanços científicos enfeixaram-se numa verdadeira mudança de época da civilização:

Trata-se de uma época em que se confundem sempre mais a dimensão científica e a tecnológica num único e poderoso impulso empenhado na dupla proposta de prolongar o tempo de vida e de intensificar o aproveitamento do tempo, otimizando a relação P/H [a fórmula da produtividade, isto é, a quantidade de produto dividido pelas horas/homem necessárias à sua produção]. Pela primeira vez na história da humanidade delineava-se finalmente, como realidade, o sonho de zerar o denominador dessa velha fórmula taylorista, que se tornara o maior desafio de nossos dias. Mas os responsáveis pela organização da produção, cegos pela euforia mercantil, em vez de aproveitar as inovações tecnológicas para produzir os mesmos bens em menos tempo, preferiram produzir mais bens ao mesmo tempo, alimentando uma espiral de consumo muitas vezes caprichosa, porém destinada a, em um dado momento, se esfalçar contra a saturação do mercado e contra a mão-de-obra sobressalente (*idem*, 45-6).

A “sociedade pós-industrial”, que caracteriza os novos tempos, nessa visão, é vincada pela hierarquia que se estabelece entre países e grupos hegemônicos, detentores do controle da pesquisa científica e da aplicação tecnológica, os países emergentes, executores das atividades produtivas, e os países subdesenvolvidos, condenados ao consumo passivo; notemos que a esfera produtiva e industrial esfuma-se na demarcação, pelo autor, dos campos de ação relevantes do pós-industrialismo: “Na nova sociedade interagem três níveis: o virtual, constituído dos *mass media* e das redes de telecomunicação; o tangível, constituído dos sujeitos reais e também das relações interpessoais; o financeiro, constituído dos fluxos monetários cada vez mais velozes, que excitam a dinâmica das bolsas” (De Masi: 1999b, 222-3).

Devemos primeiramente observar que os indicadores disponíveis apontam na direção inversa às projeções de Offe e De Masi (além das de um sem número de outros analistas e instituições que prognosticaram o fim dos empregos e/ou a inexorável redução das horas trabalhadas, nas atuais condições).

A economista de Harvard, Juliet Schor, publicou no início da década um famoso livro, cujo título é bastante sugestivo: *O Americano Sobrecarregado de Trabalho – O Inesperado Declínio do Lazer*. Na sua pesquisa, a autora então

observava que, após ter diminuído gradualmente até 39 horas, a semana de trabalho havia recomeçado a crescer, superando as 50 horas em determinados setores e regiões. No momento da publicação, o trabalhador médio já estava trabalhando 164 horas por ano, o equivalente a um mês adicional. É importante ressaltar que isso ocorreu numa época na qual já estava se tornando norma da classe média o marido e a mulher trabalharem e o desemprego era expressivo (ao contrário dos dias de hoje, nos EUA). Em 1990, os norte-americanos trabalharam em média 163 horas a mais do que em 1970 (Schor: 1991, 29).

Em números absolutos, o balanço da evolução do volume de trabalho mostra que este aumentou quase 25% nos seis principais países capitalistas, entre 1960 e 1996. De 431 bilhões de horas de trabalho, passamos a 530 bilhões em 1996. Somente na Europa é que o volume de trabalho diminuiu, mas se estabilizou nos últimos quinze anos (Tabela 1). Para as principais economias tomadas como um todo, diminuiu o ritmo de produtividade e aumentou o volume de trabalho durante o período 1983-96, mais rapidamente que durante os anos de expansão (Tabela 2).

**Tabela 1 – Volume de trabalho  
(bilhões de horas)**

	1960	1996
USA	132	247
Japão	107	123
Europa	192	160
G6	431	530

Fonte: Husson, 1999

O encolhimento do tempo disponível foi inteiramente inesperado, pois veio inverter tendência para a redução da semana de trabalho que datava da reação sindical à época da revolução industrial, quando se chegava a trabalhar 70 ou 80 horas semanais (Schor: 1991, 45).

**Tabela 2 – Diminuição do ritmo da produtividade  
(taxas de crescimento anuais médias, em %)**

	USA	Japão	Europa	G6
--	-----	-------	--------	----

1960-73 – Volume de trabalho	1,7	0,6	-0,7	0,4
PIB	4,3	9,4	4,4	5,2
Produtividade do trabalho	2,6	8,7	5,2	4,7
1983-96 – Volume de trabalho	2,1	0,2	0,0	0,9
PIB	2,9	3,2	2,3	2,8
Produtividade do trabalho	0,8	3,0	2,3	1,8

---

Fonte: Hudson, 1999

As causas de tais mudanças ligam-se não apenas à própria natureza do capitalismo, mas ao debilitamento do movimento sindical e à estagnação do nível de vida a partir de 1973. Porém, o que é fundamental notar é que o aumento do tempo de trabalho está associado às elevadas taxas de desemprego (na Europa) e à *precarização* dos empregos – a profunda metamorfose do mundo do trabalho –, relacionada à redução drástica do emprego em tempo integral de duração indeterminada e à flexibilização do mercado de trabalho. O grande aumento do número de contratos em tempo parcial – a maior parte das novas ocupações criadas nos EUA nos anos 90 –, o crescimento, em toda parte, do setor informal da economia, o acúmulo de horas extras e, enfim, a potencialização do grau de exploração da mão-de-obra estão ligados à lógica inexorável do capital, independente de tempo e lugar: comprimir ao máximo o custo da força de trabalho. Nos EUA, a rigor, a presente década registra o aumento da polarização ocupacional, com forte incremento tanto nos postos de trabalho com rendimentos mais altos como naqueles de rendimentos mais reduzidos – e a estagnação da categoria intermediária-, e a conseqüente elevação da desigualdade salarial (ILO: 1998, 29).

Se a instabilidade sistêmica constitui a condição normal do capitalismo atual, o imediatismo das práticas e objetivos de trabalho tem provocado, de acordo com Sennett, um crescente divórcio entre a vontade (o desejo subjetivo) e o comportamento (as pautas de conduta no trabalho) dos profissionais (Sennett: 1999, 330), afetando ainda gravemente o próprio *caráter* dos trabalhadores, entendido pelo autor como “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros”(idem, 10): “As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas transformar seus caracteres em narrativas sustentadas”(idem, 32). Adiante retomaremos o tema da precarização dos empregos.

A evolução recente da economia mundial trouxe impactos negativos sobre a situação do emprego. Embora nos últimos anos, em inúmeras regiões do planeta, o emprego tenha crescido no mesmo ritmo da força de trabalho, isso não foi suficiente para reduzir os elevados níveis já alcançados pelo desemprego. A OIT calcula que,

antes da crise da Ásia oriental, havia no mundo cerca de 140 milhões de desempregados, devendo ter chegado a 150 milhões em 1998. Ademais, entre 25 e 30% da força de trabalho de todo o mundo (que ascende a 3 bilhões de pessoas) estão desempregados, e perto de 60 milhões de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade estão buscando trabalho e não conseguem encontrá-lo (ILO: 1998, 9).

Como se pode observar na Tabela 3, no decênio passado o desemprego se manteve intacto na maioria dos países desenvolvidos. A grande exceção foram os EUA, onde o emprego progrediu a tal ponto que as taxas de desemprego atuais estão em seu nível mais baixo desde princípios de 1970. Aliás, no conjunto dos países ricos, os EUA ostentam os melhores indicadores no tocante às taxas de desemprego, crescimento no emprego e crescimento do produto real *per capita*, na comparação da média dos decênios 1981-90 e 1991-2000 (IMF: 1999, 173-4).

Na União Européia, embora os indicadores registrem certa melhora nos últimos anos, o número de trabalhadores desocupados alcança 18 milhões, sem contar os “desalentados” e os que se ocupam, contra sua vontade, em regime de dedicação parcial.

Na Europa central e oriental, soma-se ao vertiginoso aumento do desemprego (de 0 a quase 9%) os salários reais mais baixos e a maior desigualdade da renda, devido a drástica reestruturação econômica implementada naqueles países.

Na África e na América Latina, a recente recuperação parcial do desempenho econômico é ainda insuficiente para compensar as severas perdas das últimas décadas e a dramática informalização – e pauperização – da força de trabalho. A Ásia, por sua vez, apresenta um quadro marcadamente diferenciado: ao contrário dos países do sudeste, o restante do continente ainda vegeta em condições alarmantes de miserabilidade, respondendo por quase dois terços dos pobres no mundo, estimados em 1,1 bilhão de pessoas (ILO: 1998, 11-2).

Ao lado da confusão que se estabelece entre as categorias de trabalho e emprego (assalariado), e entre trabalho abstrato e trabalho concreto – a qual será objeto de análise quando apreciarmos a argumentação de Gorz -, os postulados de Offe e De Masi, assim como tantos outros que defendem idéias assemelhadas, estão fundamentalmente centrados nos países desenvolvidos, sendo no mínimo problemática a sua transposição para outras realidades do cenário internacional, além de partirem de uma definição restritiva do trabalho, excluindo todo aquele que não seja diretamente produtivo ou industrial (cf. Hirata: 1992, 10).

Destarte, a abordagem dialética do problema da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora abrange dimensões mais complexas que precisam ser consideradas quando se busca evitar conclusões simplistas e sem embasamento, seja nas evidências empíricas, seja na arquitetura teórico-analítica.

Tabela 3 – Taxas de desemprego em diferentes regiões do mundo

	Taxa de desemprego			Aumento no desemprego	
	1987	1993	1997	1987-97	1993-97
Países desenvolvidos	7.6	8.0	7.3	0.7	-1.6
Europa	10.4	10.6	10.5	1.1	0.01
Japão	2.8	2.5	3.4	2.9	8.8
EUA	6.2	6.9	4.9	-1.0	-6.8
América Latina e Caribe	5.7 <sup>(1)</sup>	-	7.4	7.3 <sup>(3)</sup>	-
China	2.0	2.6	30. <sup>(2)</sup>	-	-
Índia	3.4	2.3	-	-	-
Outros países asiáticos	4.3 <sup>(1)</sup>	4.4	4.6 <sup>(2)</sup>	1.6 <sup>(4)</sup>	0.8 <sup>(5)</sup>
Europa Central e Oriental	-	7.2	9.6 <sup>(2)</sup>	-	9.1 <sup>(5)</sup>

(1) 1990; (2) 1996; (3) 1990-97; (4) 1990-96 (5) 1993-96

Fonte: ILO e OCDE; extraído de ILO, 1998

Prosseguindo na discussão sobre o tema, registremos ainda a importância das condições do mercado de trabalho, particularmente a abundância de mão-de-obra e a escassez de oportunidades alternativas de emprego, bem como a consideração acerca dos custos diferenciais do trabalho, como critério decisivo a balizar as decisões locacionais dos novos investimentos produtivos em todo o mundo. Assim, o tamanho do exército industrial de reserva continua a ser elemento decisivo nas condições da luta de classes (Meneleu Neto: 1998, 91).

Os grandes estoques de pobreza no mundo reintroduziram o fator salários como um poderoso componente de competitividade em muitas cadeias globais. Dupas evidencia algumas tendências empíricas que permitem determinar, aproximadamente, como a nova lógica das redes globais de empresas atinge a qualidade e a quantidade da oferta total de empregos:

Em primeiro lugar (...) a de redução da geração de empregos qualificados e formais por investimento direto adicional. Em segundo, a de contínua flexibilização da mão-de-obra em todos os níveis, no sentido de transformá-la, sempre que possível, em componente cada vez mais variável do custo final dos produtos globais. E, finalmente, a de clara inter-relação de agentes econômicos formais e informais na medida em

que se caminha para a base dessas cadeias produtivas, o que permite incorporar crescentes espaços para a utilização de trabalho informal e de baixos salários (Dupas: 1999, 197).

Quanto à opção, mencionada por De Masi, dos responsáveis pela produção no sentido de converter os ganhos de produtividade em aumento dos lucros e das horas trabalhadas, ao invés da redução do trabalho, trata-se de um critério óbvio e absolutamente coerente com a lógica do sistema produtor de mercadorias, cujo único limite à sua expansão continuada são as próprias crises periódicas de superacumulação e/ou de queda nas taxas de lucro. Por seu turno, a caracterização, pelo autor, dos campos relevantes da sociedade pós-industrial, além de não priorizar o espaço industrial de onde se propagam as novas tecnologias, não denota qualquer nova configuração estrutural que permita discernir a superação dos constituintes históricos imanentes ao modo de produção (industrial) do capital.

No caso de Offe, mais uma vez, além dos fatores relacionados ao descentramento do trabalho serem localizados geograficamente, outras objeções podem ser adicionadas: assim, o crescimento do setor terciário, ao contrário de traduzir o fim do trabalho, antes representa a generalização da relação assalariada e/ou a subordinação das atividades dos serviços à racionalidade capitalista (uma análise histórica desse processo encontra-se em Braverman: 1981, Parte IV); por sua vez, o tempo de não-trabalho não pode ser imediatamente identificado com o tempo livre, pois parte do mesmo serve à reprodução do trabalhador, sem contar a crescente subsunção desse tempo – a invasão da privacidade e a comercialização da intimidade – à manipulação de interesses vinculados à lógica da rentabilidade mercantil (ver Augusto: 1998, 95-6); mesmo os benefícios concedidos pelo Estado do bem-estar – muitos deles hoje privatizados e submetidos ao mesmo critério do lucro – dependem fundamentalmente da massa salarial, e a dissociação entre renda e trabalho, naqueles âmbitos ainda sob responsabilidade direta do setor público, encontra aí seu limite (*idem*, 96).

Por fim, a insatisfação do trabalhador em relação a sua atividade tem marcado, em maior ou menor grau, a história do capitalismo, o que é natural face aos fenômenos de alienação e estranhamentos a ele associados. Mesmo assim, o capital reproduz continuamente os mecanismos que reforçam a centralidade subjetiva do trabalho: “o crescimento do desemprego, o aumento da concentração de renda, a ética consumista, dentre outros fatores, agem atualmente nesta direção” (Augusto: 1998, 97).

### **3. Crise do Welfare State**

Dessa forma, adentramos o espaço específico em que a crise do trabalho na etapa do capitalismo globalizado propriamente se manifesta: ela se localiza precipuamente na esfera do *trabalho abstrato*, produtor de valores de troca, e consiste na crise dos pilares da sociedade salarial, a qual vem colocando em questão modos de integração e socialização com base no trabalho, debilitando identidades e mecanismos de coesão social, bem como fragilizando as pautas de ação do “Estado Social” típicas do período pós-guerra.

Um dos pólos irradiadores e caixas de ressonância mais poderosos da crise atual situa-se precisamente no âmbito do Estado, relacionado ao estrangulamento fiscal dos governos após os anos 70 e à diversidade e descontinuidade das formas de emprego (precarização), suplantando, em todos os lugares, o paradigma do emprego homogêneo e estável.

Tal aspecto particularmente relevante envolvendo a crise do Welfare State e a precarização do emprego ocorre pelo desajuste fiscal que se estabelece quando, sob a dupla coerção do desemprego e do desequilíbrio demográfico, dá-se a passagem de um sistema de proteção social onde os trabalhadores ativos pagavam sobretudo para os mesmos ativos, para um sistema de solidariedade nacional em que os ativos deverão pagar sobretudo para inativos cada vez mais numerosos (Castel: 1998, 509). Essa situação acirra sobremodo a tensão característica da sociedade salarial, entre o individualismo que ela estimula e as formas de socialização da renda e coerções administrativas, indispensáveis ao funcionamento do Estado Previdência; pois o Estado, nessa sociedade, ao romper todas as ligações prévias dos indivíduos com a comunidade, erige-se no único vínculo que cimenta a organicidade social, garantia de sua coesão. Semelhante contradição marca o funcionamento do Estado do bem-estar e presentemente se agudiza: “Se o Estado se retira, é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor. O indivíduo encontra-se, então, em contato imediato com a lógica da sociedade salarial entregue a si mesma que dissolveu, juntamente com as solidariedades concretas, os grandes atores coletivos cujo antagonismo cimentava a unidade da sociedade” (*idem*, 509).

A multiplicação de um contingente de trabalhadores excluídos, os “supranumerários”, é um fato social recente que incomoda as sociedades desenvolvidas e possui sérias conseqüências – oriundas da perda da “identidade pelo trabalho” – também no plano cívico e político: “Difícilmente podem ser considerados pelo que são, pois sua qualificação é negativa – inutilidade, não-forças sociais – e em geral são conscientes disso. Quando falta a base sobre a qual havia sido identificada sua identidade social, é difícil falar em seu próprio nome, mesmo para dizer não. A luta supõe a existência de um coletivo e de um projeto para o futuro” (*idem*, 530-1).

Entretanto, também no campo do emprego e da seguridade social, o papel do Estado continua vital. Mesmo que essa função restrinja-se, no tempo, a um

período de transição que deva, no futuro, conduzir a formas de configuração societária superadoras do trabalho alienado – e, portanto, superadoras de estruturas políticas e jurídicas características de uma longa etapa histórica -, esse período de tempo possui duração indeterminada, razão pela qual seria exercício utópico inócuo ou pura inconseqüência político-programática prescindirmos, na análise e na ação, da perspectiva da continuidade alterada, reformada e aperfeiçoada, de contextos institucionais da era do capital. Exemplo disso constituem os Estados nacionais e alguns de seus mecanismos de política econômica e social.

A socióloga francesa Dominique Schnapper, comentando sobre a situação do trabalho na Europa em geral, e na França em particular (numa perspectiva de certa forma próxima, embora mais moderada e conservadora, à de Castel), sob a ótica explícita da defesa do Estado do bem-estar, afirma, nesse sentido, que a singularidade cultural de cada nação europeia perdurará ainda durante muito tempo, pois as nações europeias são o produto de uma história de vários séculos e “não vão desaparecer, isto não é nem possível nem desejável nem necessário” (Schnapper: 1997, 43-5):

(...) de todas as maneiras, quer seja ao nível da nação ou ao nível da Europa, é preciso um lugar onde se exerça a vontade política. Um lugar onde se decidam as transferências de recursos entre os grupos, um lugar onde se formulem e se legitimem as necessárias sujeições da vida coletiva, um lugar em que os mais desfavorecidos possam ver ser-lhes garantida uma certa proteção, um lugar em que exista a vontade de se defender e defender os seus valores – não estamos sozinhos no mundo. A democracia, mesmo que pós-moderna, não pode ser um lugar sem política (*idem*, 42-3).

Mesmo sem contemplar – ao menos como marco teórico referencial – a perspectiva de sua superação no futuro, Castel também é enfático neste ponto: o Estado Social continua sendo nossa herança e nosso horizonte. É inaceitável voltar-se à insegurança social anterior às formas de proteção: “vive-se mais à vontade a própria individualidade à medida que esta se apoia em recursos objetivos e proteções coletivas”; e conclui: “não há coesão social sem proteção social” (Castel: 1998, 530-1).

#### **4. Trabalho abstrato e trabalho concreto**

Antes de adentrarmos a questão central da relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto, convém determo-nos na crítica de Gorz à sociedade assalariada,

pela sua originalidade e pela abertura que ela permite a algumas conclusões de nosso estudo.

No seu texto clássico e polêmico de 1980, Gorz inicia sua análise crítica destacando uma questão política central dos tempos atuais: a maneira de gerir a abolição do trabalho e o controle social desse processo. Para o autor, haveria duas formas de gerir a libertação do trabalho: uma delas, opressiva e anti-social, leva a uma sociedade do desemprego, e a outra, liberadora e socialmente controlada, conduz a uma sociedade do tempo liberado (Gorz: 1982, 12 e 17).

Com o avanço da socialização do processo de produção, o trabalho se despessoaliza e se aliena, o que constitui uma alienação inerente às relações de produção capitalistas, mas própria do progresso tecnológico. O indivíduo não pode, por natureza, realizar-se completamente no trabalho social, pois este é *necessariamente heterônomo* e despessoalizado; a alienação dele resultante só pode ser atenuada em seus efeitos, mas jamais será suprimida, pois é produto do funcionamento de uma sociedade complexa (*idem*, 19).

Também para Marcuse, embora o progresso técnico carregue em si a possibilidade de liberação do trabalho socialmente necessário, a repressão da autonomia individual no processo de trabalho é uma característica imanente da chamada “sociedade tecnológica”: “no desenvolvimento das próprias técnicas as forças operam de modo que anulam as formas prévias de individualidade, autonomia e iniciativa individual. Em outras palavras, o progresso técnico compreende e requer uma *estandarização* e mecanização maiores, não só na produção como também no consumo e em todas as esferas da existência humana” (Marcuse: 1972, 51-2).

Por outro lado, a padronização das tarefas, a divisão do trabalho e a conseqüente intercambialidade dos produtores tornam possível e desejável a redução da duração do trabalho, para que se possam ter atividades diferentes, mais pessoais:

Dito de outro modo, a heteronomia do trabalho, conseqüência de sua socialização e de sua produtividade multiplicadas, também é o que torna possível e desejável a liberação do tempo, a expansão das atividades autônomas. (...) A reconciliação dos indivíduos com o trabalho passa pelo reconhecimento que, mesmo submetido ao controle operário, o trabalho não é e nem deve ser o essencial da vida. Deve ser apenas um de seus pólos. A liberação dos indivíduos e da sociedade, assim como a regressão do assalariamento e das relações de mercado, passa pela preponderância das atividades autônomas sobre as heterônomas (Gorz: 1982, 18-9).

Para Gorz, portanto, a liberação só é possível *para além*, ou *fora* do trabalho, já que este é sinônimo de heteronomia, despessoalização e alienação:

*trabalho e tempo livre são*, nas condições das sociedades contemporâneas, *atividades antagônicas*.

Se a emancipação social se encontra fora da esfera do trabalho social (ou seria fora do *trabalho assalariado*? aliás, Gorz faz uso, alternadamente, da negação do trabalho em si – e a apologia do tempo *livre* e criativo – e da negação do trabalho social, ou seja, submetido às modernas engrenagens produtivas e tecnológicas), a solução está no direito à auto-produção (*idem*, 13).

A intervenção de Gorz num colóquio internacional realizado em 1972 – anterior, portanto, à publicação de *Adeus ao Proletariado* –, desenvolve algumas reflexões importantes acerca da natureza do trabalho social na formação da personalidade do indivíduo.

Se o trabalho atual é alienante, não traz satisfação a quem o executa, não permite o desenvolvimento livre de suas capacidades, sua iniciativa e sua responsabilidade, o indivíduo não poderá reconhecer-se em suas relações sociais ou na sociedade mais que no trabalho social que esta exige dele. Para o trabalhador, é então uma só e mesma coisa evadir-se do universo do trabalho e evadir-se das *relações sociais* que este universo implica:

(...) pelo fato de que esta evasão e [as] atividades de compensação não podem em nenhum caso substituir *relações sociais* de um novo tipo pelas relações sociais determinadas pelas relações de produção, as atividades livres não podem ser *atividades sociais efetivas*: só podem ser *privadas* e não podem aportar, pois, mais que satisfações pobres, abstratas ou imaginárias: os jogos, a pesca, os espetáculos, os sonhos, os trabalhos caseiros, o álcool, as excursões, coisas todas cujo único valor é *opor-se ao trabalho e às relações sociais dominantes* e não permitem o livre desenvolvimento real do indivíduo.(...) Todas essas atividades [privadas] só têm sentido na atualidade para o trabalhador industrial como compensações à monotonia do trabalho e à pobreza das relações humanas no trabalho. Impedem a atrofia de certas faculdades, não permitem seu pleno desenvolvimento. São liberações imaginárias (...) porque negam (põem entre parênteses) o universo social sem produzir outro: ser sem objetividade nem objeto real (Gorz: 1972, 146-7).

Destacamos duas linhas de argumentação relevantes nessas reflexões. A primeira delas prende-se ao reconhecimento de que as relações de trabalho – dimensão básica da existência social – permeiam o conjunto das demais relações humanas; assim, as atuais relações de trabalho dominantes, de cunho marcadamente alienante, viciam as demais relações sociais, levando o indivíduo a buscar compensações na esfera privada.

O outro aspecto importante consiste na idéia de que o pleno desenvolvimento do indivíduo social só pode ocorrer no contexto de relações sociais novas, desestranhadas. Mais ainda: o pleno desenvolvimento do indivíduo não pode se verificar desvinculado ou contrariamente às relações sociais nas quais está inserido; a dialética indivíduo-sociedade é que vai possibilitar o enriquecimento dos processos de individuação. Uma passagem de Lukács permite-nos caracterizar precisamente o significado da cisão relatada por Gorz:

O homem que vive num mundo fetichizado ignora que a riqueza, o valor e o conteúdo verdadeiro de sua existência encontram-se em ramificações poderosas e profundas que o ligam à existência de seus semelhantes e à da sociedade. O indivíduo isolado e egocêntrico que vive só para si, vive num mundo empobrecido. Quanto mais suas experiências pertencem-lhe exclusivamente, mais são exclusivamente interiores e mais correm o risco de perder todo conteúdo e de se perder no nada (Lukács: 1967, 78).

Cabe, porém, uma observação adicional sobre as reflexões de Gorz. Quando ele afirma que o “desenvolvimento pleno e livre [do indivíduo social] não pode ser concebido, em caso algum, como o fruto de uma atividade *privada*, ainda que seja de grupo” (Gorz: 1972, 147), implicitamente subestima a importância das atividades estritamente individuais, voltadas à intimidade do ser. Tais ações não necessariamente constituem “liberações imaginárias”, pois a esfera privada, individual, também é dotada, dentro de certos limites, de um *conteúdo real*, objetivo, e os processos de individuação são momentos insubstituíveis na configuração do ser social; apenas na medida em que “negam o universo social sem produzir outro” e negam o indivíduo social real, sem buscar sua realização, é que as atividades privadas podem ser caracterizadas como evasões e artificialismos.

Em uma palestra realizada em fins dos anos 1980 para sindicalistas belgas, Gorz defende que a liberação do trabalho com fins econômicos, através da redução de sua duração, e o desenvolvimento de outros tipos de atividades, auto-reguladas e autodeterminadas, são os únicos meios que podem dar um sentido positivo às economias de trabalho assalariado decorrentes da revolução técnica em curso:

O projeto de uma sociedade de tempo liberado onde todo mundo possa trabalhar, mas trabalhar cada vez menos com fins econômicos, tal projeto é o *sentido possível* do desenvolvimento histórico atual. Pode dar coerência e uma perspectiva unificadora aos diferentes componentes do movimento social, porque: 1. Surge no prolongamento da experiência e das lutas obreiras do passado. 2. Ultrapassa a referida experiência e as referidas lutas e se encaminha em direção a objetivos conformes aos interesses tanto dos trabalhadores como dos não trabalhadores e, portanto,

pode cimentar sua solidariedade e sua vontade política comum. 3. Corresponde às aspirações de um número importante de homens e de mulheres tomar ou recobrar o poder sobre e em sua vida. (Gorz: s/d, 7).

Podemos iniciar nossa crítica, mais uma vez, com algumas considerações empíricas. Husson identifica três formas de utilização dos ganhos de produtividade do trabalho: o aumento do salário real per capita, a redução da duração do trabalho e a redução da participação do salário na renda, isto é, o aumento do lucro. O que ocorreu entre os anos 1965/81 e 1981/97 nos principais países desenvolvidos? Como se pode verificar na Tabela 4, no primeiro período (1965/81), os ganhos de produtividade são expressivos na Europa e menos elevados nos EUA, mas são redistribuídos principalmente sob a forma de salário real e redução do tempo de trabalho: a parte salarial tende a aumentar e o ajuste contábil se faz por uma diminuição relativa do lucro (Husson: 1999, 15).

Nos anos 1980 e 1990 (o segundo período, 1981/97), os ganhos de produtividade caem de maneira significativa (como vimos anteriormente), mas a proporção imputada aos assalariados sofre queda ainda maior: a progressão salarial não representa mais do que 48% dos ganhos de produtividade, contra 92% do período anterior. A diminuição da redistribuição sob a forma de redução do tempo de trabalho é todavia maior (0,3% ao ano ao invés de 0,9%): “os assalariados não recuperam a integralidade dos ganhos de produtividade, nem sob forma de salário, nem sob forma de redução do tempo de trabalho, de modo que a parte do salário diminui e a recomposição do *mark up* constitui um destino importante dos ganhos de produtividade (*idem*, 15-6).

**Tabela 4 – Ganhos de produtividade e sua utilização (%)**

	Alemanha		França		Itália		UK		Europa		EUA	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Produtividade	4.0	1.9	4.1	2.3	4.4	2.3	3.3	1.8	3.9	2.1	1.4	0.7
Salário	3.8	0.7	3.4	1.1	4.6	0.8	2.9	1.5	3.6	1.0	1.1	0.5
Duração	1.0	0.6	0.8	0.5	0.5	0.3	1.2	0.0	0.9	0.3	0.5	-0.3
Lucro	-0.8	0.6	-0.1	0.7	-1.0	1.0	-0.7	0.3	-0.6	0.7	-0.2	0.6

(1): 1965-81; (2): 1981-97

Fonte: OCDE, extraído de Husson, 1999

Assim, não apenas os lucros, nas últimas duas décadas, avançaram sobre os ganhos salariais, como – mais importante ainda –, o restabelecimento das margens

de lucro implicou não somente a redução do ritmo de queda do tempo de trabalho, mas a *inversão da tendência anterior e no aumento da duração do trabalho* (*idem*, 16), contrariando as expectativas dos anunciadores da “sociedade do tempo livre” ou do “fim dos empregos”, sob a égide do capitalismo.

Por sua vez, as profundas mudanças havidas nas décadas recentes afetando a esfera ocupacional não foram suficientes para deslocar o *assalariamento* como relação de trabalho predominante, sobretudo nos países ricos.

Dados compilados por Liana Carleial a partir de fontes oficiais de estatísticas sobre emprego em países selecionados (EUA, Japão, França e Espanha) permitem constatar não apenas a permanência, mas até mesmo o crescimento, dos já elevados índices de assalariamento – proporção da população ativa assalariada, incluídos os trabalhadores estáveis e precários e excluídas as várias modalidades de autônomos, na população ativa ocupada -, entre os anos 1960 e 1999.

O Japão – que historicamente parte do mais baixo índice entre os países considerados – salta de 53,8% em 1960 para 71,2% em 1980 e 81,1% em 1995; a França, de 76,2% em 1970 para 84,1% em 1980, 87% em 1990 e 87,6% em 1998; os EUA, de 83,8% em 1960 para 89,7% em 1970, 90,5% em 1980, 91,2% em 1990 e 93,3% em 1999; finalmente, a Espanha ostenta índices que passam de 68,8% em 1976 para alcançarem 73,7% em 1990 e 78,4% em 1999. Esses indicadores são coerentes com a queda consistente da participação dos trabalhadores por conta própria no mesmo conjunto de países ao longo do referido espaço de tempo (Carleial: 2000).

A autora também analisa informações da Cepal concernente a países do Mercosul e, embora lidando com índices de assalariamento mais baixos – em torno de 70% da PEA - face aos do primeiro mundo –, como até mesmo, em certos casos, declinantes (é o caso do Brasil, cujo índice decaiu de 75,4% em 1979 para 68,4% em 1996) – resultado das severas políticas de ajuste neoliberal a que esses países têm se submetido -, é possível constatar, ainda aqui, a prevalência inquestionável do assalariamento, como relação de trabalho amplamente majoritária. Se tomarmos em conta o crescimento dos trabalhadores por conta própria nesses últimos países, é possível sustentar a hipótese de que o auto-emprego esteja associado de forma mais intensa ao subdesenvolvimento e aos diferentes formatos do mercado informal de trabalho (*idem*; cf. também Pamplona: 1998).

O resultado oposto às previsões de Gorz extraído da maioria das projeções contemporâneas nos conduz a duas conclusões preliminares: a primeira delas é que a flexibilização do mercado de trabalho (a maneira “opressiva” de gerir a abolição do trabalho, segundo Gorz) não é compatível com a diminuição da jornada laboral mas, pelo contrário, pode implicar o seu aumento, pois, para a maioria dos trabalhadores, impõe-se a necessidade de trabalhar mais para manter um certo padrão de vida e, também, de socializar na família os custos de reprodução da força

de trabalho (Carleial: 1994, 72). Por seu turno, a norma do trabalho (emprego) continua central em nossas coletividades, como meio de socialização e condição do equilíbrio geral do indivíduo: “É bem esse o problema dos desempregados. Eles perdem, para além da posição econômica, as relações sociais, ficam privados da dignidade que se exprime através da identidade no trabalho” (Schnapper: 1998, 78-9). A outra conclusão preliminar é que “o trabalho intermitente ou a tempo parcial é uma forma de redução do tempo de trabalho, isso nada tem a ver com o fim do trabalho” (Husson: 1999, 20); em outras palavras, a precarização do trabalho associa-se ao incremento de sua exploração. Isto faz-nos lembrar o título de uma matéria do *The Economist* (Magazine) – semana de 07 a 13.09.96, a cuja indagação só se pode responder afirmativamente: “*Working harder for less?*”

Trata-se, na realidade, de uma verdadeira metamorfose na forma de extração de mais-valia no capitalismo contemporâneo, o qual agora se vale da reposição, num contexto radicalmente distinto, do velho dogma da propriedade fundada no trabalho próprio:

[o segredo da produção da mais-valia] está mais velado ainda porque agora ele se esconde sob a ilusão de uma *sociedade de produtores independentes de mercadorias*, uma sociedade de vendedores de trabalho materializado. Uma sociedade sem vendedores de força de trabalho, posto que o contrato da compra e venda da força de trabalho está se metamorfoseando num contrato de fornecimento de mercadorias. (...) Hoje, o capital revolucionou sua estrutura produtiva ao ponto de tornar o trabalho vivo evanescente dentro da estrutura produtiva da empresa. Por conta disso, o trabalho direto, imediato, não é mais a unidade dominante dentro das grandes unidades de capital. E não é mais porque essas unidades retêm as tecnologias mais sofisticadas e avançadas, a alma do segredo da produção, e repassam para trabalhadores, tornados ‘independentes e autônomos’, a tarefa de produzir o grosso do produto (Teixeira: 1998, 73-4).

De todo modo, constitui uma *tendência provável* a economia requerer menos empregos e distribuir menos salários por um volume de produção crescente; neste caso, o poder aquisitivo dos cidadãos e seu direito a uma renda já não poderão depender da quantidade de trabalho subministrada. Gorz está correto ao discernir essa possibilidade embora, mais uma vez, não avalie a contradição sistêmica insuperável, no quadro estrutural vigente, que tal situação propicia) e propugnar, para alcançá-la, “um conjunto de políticas específicas e, particularmente, uma política social que faça depender o poder aquisitivo *não da quantidade de trabalho realizado, senão da quantidade de riquezas produzidas pela sociedade*” (Gorz: s/d, 12). É, sim, uma plataforma de luta válida e atual.

No entanto, se o comportamento da economia contemporânea contradiz certas linhas centrais dos argumentos de Gorz, existe uma crítica mais de fundo à sua construção teórica. Quando Gorz corretamente qualifica de heterônomas, alienadas e despersonalizantes as formas de trabalho atual – com a correlata insatisfação do trabalhador face a esse tipo de atividade –, a qual *dimensão* do trabalho está se referindo? E Kurz, quando afirma termos “necessidade de encontrar uma nova perspectiva da crítica e da emancipação que não procure aperfeiçoar esse sistema de trabalho, mas o transcenda, para que se trabalhe menos e se tenha uma vida melhor. É necessário criticar a própria lógica atual do trabalho” (Kurz: 1998, 9) – embora a assertiva em si seja irrepreensível –, também deve ser submetido à mesma indagação anterior, isto é, qual a esfera específica do trabalho implicada no exercício da crítica radical à sua lógica?

O equívoco analítico em questão vincula-se não somente à confusão entre trabalho e emprego, atividade produtiva e relação assalariada – descaracterizando-se, através de uma abordagem unidimensional ou linear, a *multidimensionalidade* da categoria trabalho (Bernardes: 1994, 41) –, mas fundamentalmente à desconsideração da dupla dimensão do trabalho, abstrata e concreta, o que requer a sua precisa delimitação:

Como criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não me parece plausível conceber, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato – ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora da mercadorias –, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras, uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo (auto) transforma o seu próprio criador (Antunes: 1999, 215).

A crise do trabalho que até agora vimos considerando é a crise do trabalho na sua *dimensão abstrata*, que continua e continuará (sob a hegemonia do capital) a cumprir papel decisivo na produção de mercadorias, mesmo sob fortes e inegáveis inflexões quantitativas e qualitativas. Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, portanto, é preciso qualificar se se trata de uma crise da sociedade do trabalho abstrato, ou se se trata “da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (Antunes: 1997, 77).

A propósito, o mesmo Gorz, comentando uma pesquisa efetuada com trabalhadores franceses em 1978 e que, entre outras aferições, detectou uma maior aceitação do trabalho entre trabalhadores independentes em relação à opinião dos assalariados do setor privado, concluiu: “aceita-se a disciplina que todo trabalho implica sob a condição de escolher a sua profissão e de saber o que se faz. O que se rejeita é o trabalho imposto, com sua hierarquia e seus horários” (Gorz: 1982, 176).

Também Robert Kurz, apesar da radicalidade de sua crítica, incorre nesse equívoco. Ao enunciar a necessidade da crítica social radical, “no apogeu da crise do sistema produtor de mercadorias”, se emancipar de idéias obsoletas, entre estas inclui a “ontologia do trabalho”:

Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingindo ele próprio pela crise (Kurz: 1992, 227).

Trata-se, na verdade, de uma crise da sociedade do trabalho abstrato, estranhado, alienado, dimensão esta do trabalho essencial à reprodução da lógica do sistema produtor de mercadorias, nas condições contemporâneas de existência da sociabilidade mais *fetichizada* do que em épocas anteriores (Antunes: 1997, 78). A confusão entre essas duas esferas do trabalho permite desqualificar o trabalho concreto como o modelo de toda a práxis social, “momento *primeiro* da efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do *gênero-para-si*” (Antunes: 1997, 80). Mesmo porque “é impossível pensar em uma superação do trabalho sem uma superação do próprio homem; superar o trabalho significaria um salto ontológico, algo que implicaria uma redefinição do próprio ser do homem” (Augusto: 1998, 98).

Não obstante, é inegável que o avanço tecnológico aponta, tendencialmente, para a supressão radical de ocupações no setor diretamente produtivo, e mesmo em outras esferas do trabalho social. Mas também aqui esbarra-se na contradição fundamental entre o processo de valorização e o desenvolvimento das forças produtivas; ela conduz à eliminação da base material do valor (o trabalho socialmente necessário) através da automação crescente da produção. Contudo, como argumenta Theotônio dos Santos, a eliminação da base material do valor impossibilitará, em última instância, o intercâmbio mercantil, a valorização e a exploração, em suma, o próprio modo de produção do capital:

Esta contradição estabelece o limite histórico do capitalismo. Este modo de produção se desenvolve num sentido histórico contrário à sobrevivência das relações de produção que são seu próprio fundamento. O desenvolvimento das forças produtivas, da forma como ele se realiza – por pressão da concorrência no seio do capitalismo – leva à supressão histórica da base material da exploração, ao eliminar, progressivamente, a quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias. A completa automação da produção seria, pois, o limite histórico material da exploração do homem pelo homem (Dos Santos: 1987, 253-4).

### 5. Considerações finais

Para concluir, devemos estabelecer uma importante ressalva às críticas ao pensamento de Gorz: a idéia, central em Marx, de que o trabalho social com finalidade econômica deve servir à ampliação da esfera de autonomia individual – a extensão das atividades do tempo disponível, tornando-se, nessas condições, verdadeiramente *livre* -, encontra no pensador francês um poderoso eco (embora parcialmente distorcido por ilações impróprias), materializado na concepção de que a expansão da esfera de autonomia tem, por condição, a existência de uma produção heterônoma, industrializada, a qual não pode, e não deve, ser suprimida, mas subordinada à esfera da autonomia:

Esta já era a intuição de Marx no final do Livro III do *Capital*, quando afirmava que a ‘esfera da liberdade’ (ou seja, da autonomia) só começa para além de uma ‘esfera da necessidade’ (ou seja, da heteronomia) que se deve reduzir, mas que é impossível suprimir. É reservando-lhe o seu lugar e não negando a realidade que se poderá reduzir tanto quanto o possível esta esfera e impedir que sua racionalidade domine o conjunto das atividades individuais (Gorz:1982, 115).

Bem, não é totalmente assim. Mas o importante a ressaltar nesse posicionamento é que a emancipação social, embora se origine no trabalho social e dependa do máximo desenvolvimento de suas capacidades produtivas para a efetivação, deve encontrar no tempo disponível sua realização; *trabalho e tempo disponível não se identificam*; a tarefa liberadora (e aqui diferenciamos-nos de Gorz) é harmonizá-los, superar sua relação antagônica na ordem capitalista, mas não equipará-los ou fundi-los, no plano da coletividade geral. A concepção, a dimensão e o funcionamento das grandes empresas, mesmo na vigência de relações de produção emancipadas, constituirão sempre (embora em escala decrescente e em caráter *relativo*) um obstáculo à autonomia e à autogestão obreiras. Mesmo que se lograsse conquistar uma radical democratização da organização do trabalho e do

controle da propriedade, mesmo com a abolição do assalariamento, se o tempo de trabalho socialmente necessário permanecer elevado as condições ótimas da emancipação social estarão seriamente comprometidas. A propósito, o crescimento mesmo da esfera de autonomia individual reforçará continuamente a combatividade e a exigência dos trabalhadores à humanização, desalienação e diminuição progressivas do trabalho social compulsório (lembramos a justa observação de que “ninguém aceitaria ser escravo por duas horas; a escravidão, para ser aceita, deve durar cada dia o suficiente para quebrar algo no interior do homem” – Simone Weil, *apud* Toti: 1975, 258).

Se não concordamos com a “solução dualista” que Gorz propõe - tendo em vista a incompatibilidade da convivência entre trabalho alienado e tempo liberado nas condições vigentes, ou mesmo numa eventual transformação revolucionária da ordem social -, cabe reconhecer, no entanto, a procedência da distinção qualitativa entre as esferas do trabalho e do tempo disponível (ou mesmo *livre*), em conformidade com as reflexões de Marx acerca das distinções entre as esferas do reino da necessidade e do reino da liberdade (Marx: 1974, 942), como também com as lúcidas passagens do pensador alemão contidas nos *Grundrisse* (*apud* Rosdovsky: 1978, 469-73).

#### **LABOR AND CAPITAL: CONTEMPORARY CONSIDERATIONS**

**Abstract:** *The article investigates the expected end of labor centrality at the lights of recent employment data and, after having criticized the main points on this argument supporters, it carves for the remain of the salaried work as an essential economy category within historical landmarks of the capitalist world-system.*

**Key-words:** *Salaried work, work's length, productivity, employment level, Welfare State, abstract labor, disposable time.*

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANTUNES, Ricardo (1997). **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** São Paulo, Cortez; Campinas, UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1999). **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, Boitempo.
- AUGUSTO, André Guimarães (1998). O fim da centralidade do trabalho? In: **Pesquisa & Debate** vol. 9, n. 2 (14). São Paulo, PUC/SP.

- BERNARDES, Roberto (1994). Trabalho – a centralidade de uma categoria analítica. In: **São Paulo em Perspectiva**, 8 (1). São Paulo, Fundação Seade.
- BRAVERMAN, Harry (1981). **Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARLEIAL, Liana Maria (1994). Racionalidade e Trabalho – uma crítica a André Gorz. In: **São Paulo em Perspectiva** 8 ( 1 ). São Paulo, Fundação Seade.
- \_\_\_\_\_ (2000). Assalariamento: conceitos, dimensão e “pistas” para entender a crise.[CD ROM] In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Fortaleza, 20 a 23.06.2000, **Anais ...**
- CASTEL, Robert (1998). **As Metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes.
- DE MASI, Domenico (1999a). **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo, Esfera.
- \_\_\_\_\_ (1999b). **O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro, José Olympio e Brasília, UNB.
- DOS SANTOS, Theotônio (1987). **Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital**. Petrópolis, Vozes.
- DUPAS, Gilberto (1999). **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo, Paz e Terra.
- GORZ, André (1972). El Socialismo Difícil. In: FROMM, Erich *et alii*. **La Sociedad Industrial Contemporánea**. México, Siglo Veintiuno Editores.
- \_\_\_\_\_ (1982). **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_ (s/d). **Los Sindicatos entre el Neocorporativismo y la Ampliación de su Misión**. Bruxelas, Confédération des Syndicats Chrétiens.
- HIRATA, Helena (1992). **Da polarização das qualificações ao modelo de competência: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial**. ANPED, Workshop “Trabalho e Educação”, 44ª Reunião Anual SBPC.
- HUSSON, Michel (1999). Fim do trabalho ou redução de sua duração? In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** n. 5. Rio de Janeiro, Sette Letras.
- ILO (1998). **World Employment Report 1998-99 - Employability in the global economy: How training matters**. Geneva, International Labour Office.
- IMF (1999). **World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund**. Washington, International Monetary Fund.

- KURZ, Robert (1992). **O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LUKÁCS, Georg (1967). **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo, Senzala
- MARCUSE, Herbert (1972). Libertad y Agresión en la Sociedad Tecnológica. In: FROMM, Erich *et alii*. **La Sociedad Industrial Contemporánea**. México, Siglo Veintiuno Editores.
- MARX, Karl (1974). **O Capital – Crítica da Economia Política** Livro 3, vol. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MENELEU NETO, José (1996). Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez; Fortaleza, UECE.
- OFFE, Claus (1994). **Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo, Brasiliense.
- PAMPLONA, João Batista (1998). Auto-Emprego: Uma Alternativa à Crise do Emprego? In: LACERDA, A. C. (org.). **Cadernos PUC Economia – (Des)Emprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas**. São Paulo, EDUC.
- ROSDOLSKY, Roman (1978). **Genesis y Estructura de El Capital de Marx**. México, Siglo XXI.
- SCHNAPPER, Dominique (1997). **Contra o Fim do Trabalho**. Lisboa, Terramar.
- SCHOR, Juliet (1991). **The Overworked American – The unexpected decline of leisure**. New York, Basic Books.
- SENNETT, Richard (1999). **A Corrosão do Caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, Record.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. (1996). Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.), **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez e Fortaleza, UECE.
- TOTI, Gianni (1975). **Tiempo Libre y Explotación Capitalista**. México, Ediciones de Cultura Popular.